CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Elisiani Vitória Tiepolo

RESUMO
A preocupação com a alfabetização de jovens e adultos está presente desde as origens do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como condição para a construção da Reforma Agrária Popular. Nessa perspectiva, o Movimento se fundamenta na pedagogia de Paulo Freire, entendendo a alfabetização para além da decodificação e do mero conhecimento do sistema alfabético, mas como processo de conscientização. Se apropriar da escrita é se apropriar de um instrumento de luta necessário para a emancipação. Assim, o MST e Paulo Freire se encontram em uma mesma concepção de mundo, de fundamentação teórica, de método e de práxis revolucionária. Porém, em seu percurso, o MST foi estabelecendo parcerias que pudessem garantir a implementação de seu projeto de educação, e essas parcerias também trouxeram para dentro do Movimento outros referenciais teóricos. Mais recentemente, a adoção do método cubano *Sim Eu Posso*, cujo vínculo é com a perspectiva tradicional de alfabetização, trouxe mais um elemento de tensionamento e a necessidade de que se investigue em que medida os pressupostos freireanos continuam fundamentando as práticas alfabetizadoras do MST.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Alfabetização; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O MST e a alfabetização de jovens e adultos

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em Cascavel, em 1984, atualmente está organizado em 24 estados, nas cinco regiões do país. São cerca de 350 mil famílias que, mesmo depois de assentadas, permanecem organizadas[1], pois, para o MST, a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária Popular [2]. Fundamentado em Paulo Freire, o MST compreende a construção de um novo projeto educacional como condição para a formação e transformação das relações sociais historicamente construídas no mundo rural, em que há "uma vinculação direta da condição de pobreza, do latifúndio e da desigualdade social com a existência de pessoas que não sabem ler nem escrever." (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO; 2012, p. 251) Em sua história, são 2 mil escolas públicas construídas em acampamentos e assentamentos, 200 mil crianças, adolescentes, jovens e adultos com acesso à educação, 50 mil adultos alfabetizados, 2

[1] http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text Acesso 21/04/2016.

[2] A concentração de terras no Brasil se inicia com as Capitanias Hereditárias, se agravando com a Lei de Terras, de 1850, promulgada por D. Pedro I. Os latifúndios permanecem até hoje, impulsionando os movimentos sociais a lutarem pela sua conquista.

mil estudantes em cursos técnicos e superiores, **m**ais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades públicas por todo o país.[3]

Para o Movimento, educação é formação política, e lutar contra o analfabetismo é condição para o acesso a terra e ao saber, ambos territórios expropriados do povo. O próprio Movimento pode ser considerado como um sujeito pedagógico (CALDART, 2000) e há uma "pedagogia em marcha, que vai além da escola, na própria história, nas lutas sociais, na prática produtiva e política." (ARROYO, 2012, p. 15). Na pedagogia do Movimento, a produção do conhecimento só pode ser entendida como forma de intervenção no mundo. Ou seja, a luta pela educação é parte indissociável da própria história da luta pela terra, e a alfabetização é compreendida na perspectiva da construção de um projeto educacional que possibilite um novo olhar nas relações entre dirigentes e dirigidos.

No mesmo ano de sua fundação, durante o 1° Encontro Nacional, em Cascavel, os posseiros[4], atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores, enfim, os trabalhadores rurais sem terra traçaram três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país[5]. Ou seja: produzir alimentos, cultura e conhecimentos.

Pode-se dizer que o Setor de Educação do MST originou-se no acampamento Encruzilhada Natalino da Fazenda Annoni (1985), no Rio Grande do Sul, quando uma equipe de professores começou a ensinar as crianças do acampamento. Além dos professores, o Setor foi composto pais, alunos e lideranças, que assumiram o compromisso de articular as questões práticas para o funcionamento da escola.

Em 1987, no Encontro Nacional de Professoras dos Assentamentos, foi formalizado o Setor de Educação, com o objetivo de investir na construção de um sistema próprio de educação que pudesse: desenvolver a consciência crítica dos educandos; possibilitar o acesso a conteúdos que levem à reflexão e à construção de um mundo mais justo e solidário; transmitir a história e o significado da luta pela conquista da terra e da reforma agrária; desenvolver atividades que visem à capacidade técnica dos alunos para experiência de trabalho.[6] São momentos importantes nessa trajetória, dentre outros:

---

[3] http://www.mst.org.br/educacao/. Acesso 25/04/2016.

[4] Trabalhadores que tem posse e não a titulação da terra, situação advinda ainda da Lei de Terras, de 1850.

[5] http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86/ Acesso 20/04/2016.

[6] De acordo com o Setor, "Se a terra representa a possibilidade de trabalhar, produzir e viver dignamente, a educação é o outro instrumento fundamental para a continuidade da luta. Com isso, o Setor de Educação busca dar repostas às necessidades educacionais nos acampamentos e assentamentos. Os maiores objetivos é a

- em 1992, a publicação do Primeiro Caderno de Educação do MST;

- em 1993, a realização do 1º Seminário de EJA;

- em 1997, o estabelecimento do 1º convênio do MST com o MEC (PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) e a capacitação de 500 monitores e formação de 500 turmas de EJA (no Paraná foram 100 turmas em parceria com a Secretaria Estadual de Educação);

- nesse mesmo ano, o Movimento assume o lema "Sempre é tempo de aprender, sempre é tempo de ensinar", em uma clara referência a Paulo Freire, e é realizado o I ENERA (Encontro Nacional dos Educadores e das Educadoras da Reforma Agrária);

- ainda em 1997, foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - ENERA, resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília - GT-RA/UnB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, representado pelo seu Setor de Educação, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, UNESCO e CNBB. Estiveram presentes no I ENERA professores de mais de vinte universidades brasileiras que vinham desenvolvendo atividades na área de educação nos projetos de assentamento da Reforma Agrária.

- em 1998, a Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo e a realização do ENEJA (Encontro Nacional de Educadores e Educadoras de Jovens e Adultos);

- em 2000, a publicação do "Caderno Pra Soletrar a Liberdade", o livro de Carlos Rodrigues Brandão, "História do menino que lia o mundo" e do "Caderno Paulo Freire";

- em 2003, é publicado o Caderno de Educação nº 11, "Sempre é tempo de aprender", contendo a história da EJA no MST, as concepções de linguagem e da EJA, princípios filosóficos e metodológicos e um balanço da trajetória até então percorrida.

- em 2004, no Paraná, o Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos (EREJA) das regiões Centro-Sul;

- entre 2003-2006 o Movimento firma parceria com o Brasil Alfabetizado; em 2007, foi realizado o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, uma parceria do MNST e a Universidade Federal de Santa Catarina e o VI Seminário Nacional de EJA do MST;

---

erradicação do analfabetismo nas áreas, a conquista de condições reais para que toda criança e adolescente esteja na escola, isso implica na luta por escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos, a capacitação dos professores para que sejam respeitados enquanto sabedores das necessidades e portadores da novidade de construir uma proposta alternativa de educação popular". http://www.mst.org.br/quem-somos/ Acesso 8/4/2016

- também em 2007, durante o V Congresso Nacional do MST, o Movimento lançou a Campanha Nacional de Alfabetização, em parceria com Cuba, utilizando o método (como é chamado) *Sim Eu Posso*.

2008: lançado o 1º Caderno da Campanha de Alfabetização: A questão agrária no Brasil;

- em 2015 aconteceu II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (II ENERA) que teve como objetivo ampliar o número de educadoras e educadores que compreendam o momento atual da Reforma Agrária Popular e discutir o papel dos educadores neste processo. Um grande objetivo foi organizar coletivamente a denúncia e as mobilizações contra o fechamento das escolas do campo, como uma consequência direta do avanço do agronegócio e da lógica mercantil protagonizada pelos empresários da educação.

Outro aspecto importante é a associação do Movimento às universidades, ONGs, Fundações, às Secretarias Municipais ou Estaduais de Educação, ao Ministério da Educação. As parcerias são essenciais para que o Movimento possa implementar seu projeto de alfabetizar seus militantes. Elas garantem verbas para formação dos educadores, assistência técnica e possibilidade de adquirir materiais didáticos. Mas essas parcerias também trazem a necessidade de o Movimento coordenar suas próprias concepções de educação com as trazidas por essas parcerias, o que tem provocado diferentes tensionamentos dentro do Setor de Educação do MST.

O MST, a alfabetização de jovens e adultos e Paulo Freire

Alfabetizar jovens e adultos sempre foi importante para formação dos militantes e intelectuais do próprio Movimento, na perspectiva da libertação humana em um projeto político socialista. Na década de 1990, essa questão foi se intensificando cada vez mais. Em 1991, o MST implantou o 1º projeto de alfabetização de jovens e adultos, no Rio Grande do Sul, com 100 turmas em todo o Estado. Paulo Freire esteve presente no lançamento das turmas, e afirmou:

> Esta tarde é o começo de algo que já começou. Começou até o momento mesmo das primeiras posições de lutas que vocês assumiram, mas esta tarde marca o começo mais sistematizado, de um novo processo ou de um desdobramento do primeiro, de um grande processo de luta que é um processo político, que é um processo social e que também é um processo pedagógico. Não há briga política que não seja isso. Mas o começo mais sistemático a que me refiro que ainda hoje inicia, tem a ver exatamente com dois direitos fundamentais, entre outros, mas dois direitos fundamentais q1ue poucos têm e polos quais temos que brigar. O direito de conhecer, o conhecer o que já se conhece, e o direito a conhecer o que ainda não se conhece. (FREIRE, 1997)

A partir daí, o Movimento assume a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como tarefa revolucionária, sempre respaldando as reflexões, os estudos e as suas publicações na pedagogia libertadora de Paulo Freire e procurando fazer parcerias que pudessem garantir a implementação dessa tarefa.

Para Freire, o analfabetismo é fruto de estruturas sociais desiguais, e não resultado de histórias individuais de fracasso social e escolar. Essa concepção significa uma radicalidade na compreensão de que alfabetizar é muito mais do que ensinar a tecnologia da escrita, mas é possibilitar que o oprimido compreenda-se como oprimido e ele mesmo deixe de sê-lo. Nessa perspectiva, a escrita é um direito e uma arma de luta. O encontro entre o MST e Paulo Freire é um encontro de concepção de mundo, de fundamentação teórica, de método e de práxis revolucionária. Um momento intenso de troca de saberes.

O livro *Pedagogia do Oprimido*, escrito em 1968, quando Freire encontrava-se exilado no Chile, e publicado no Brasil em 1974, contém dois conceitos que são fundamentais para pedagogia de luta do MST: a conscientização e libertação. A libertação é a "vocação ontológica da humanidade", enraizamento na opção de transformação da situação real e opressora em que vivem os oprimidos, "práxis da busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela." (FREIRE, 1983. p. 31) Além disso, Freire aponta algumas características que são fundamentais e estão presentes na dinâmica educativa do MST: a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural.

Para Freire, a educação é um ato de conhecimento, ou seja, uma forma de aproximação crítica e transformadora da realidade. No livro *Conscientização*, escrito na década de 70, essa é a palavra geradora de toda a discussão, já explicitada no título; e em seus livros posteriores ela continua sendo fundamento, mesmo quando não aparece de forma explícita. Sendo um ato de intervenção no mundo, a educação libertadora é aquela pela qual os sujeitos tomam consciência de suas escolhas, sabendo que a realidade pode ser mudada. Ou seja, um ato de reflexão-ação. Nesse sentido, a conscientização é um processo de construção da criticidade por meio da *curiosidade epistemológica*. A partir da década de 1990, Freire irá incluir a essas dimensões política e epistemológica a dimensão estética (intuição, emoção, prazer, amorosidade e a alegria, etc). Nesse sentido, a conscientização é processo de formação e transformação permanente do educador e do educando. Diferente da ideia da conscientização como um fim do processo educativo, a conscientização é um princípio fundante da pedagogia libertadora.

Assim, a alfabetização só pode ser compreendida na perspectiva freireana como processo de conscientização. Se não for assim, tudo que for dito sobre o chamado *método* Paulo Freire de alfabetização fica estéril. Freire chama a conscientização de compromisso histórico, pois implica no compromisso em fazer e refazer nossa própria história. Ou seja, uma alfabetização que não contribua para o desvelamento dos processos de opressão e dominação no mundo do trabalho e das desigualdades das condições da vida, não é uma alfabetização na perspectiva freireana. Uma alfabetização que não traga para a roda de discussão os temas centrais do cotidiano dos educandos e suas contradições, não é uma alfabetização na perspectiva freireana. Uma alfabetização que não se paute pela práxis, pela articulação entre o pensar, o falar, o fazer e o agir, o escrever o vivido e o pensado, não é uma alfabetização na perspectiva freireana. Uma metodologia que não se fundamente na a pesquisa sociológica (escolha das palavras), na tematização (palavras geradoras) e na problematização (transição da consciência ingênua para a consciência crítica), não é uma alfabetização na perspectiva freireana. Se não for um processo dialógico, a partir das histórias de vida, do questionamento e da reflexão acerca da realidade, de forma a que cada sujeito encontre suas próprias respostas e desenvolva a consciência de classe, não é uma alfabetização na perspectiva freireana.

O Professor da USP Celso de Rui Beisiegel, que conviveu e debateu os temas da educação com Paulo Freire, em entrevista para com a *Revista Lusófona de Educação* (2013), afirmou:

> No que diz respeito à profundidade, não há nenhum exemplo melhor do que a proposta de Paulo Freire para entender a teoria formulada por Marx para a educação, muito mais do que o modo como os famosos educadores soviéticos a explicam. Cada um deles é notável, mas a proposta de Paulo Freire é muito mais ampla. (BEISIEGEL, 2013)

Paulo Freire e o MST se encontram nessa luta pela transformação da sociedade capitalista em uma sociedade não hegemonizada pelo capital, rumo a uma sociedade mais humana.

O MST e o *Sim, Eu Posso*

Em 2006, o Movimento decide fazer uma experiência piloto com o método cubano *Sim Eu Posso* (SEP) no Maranhão, Sergipe, Ceará, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná e Bahia. Em 2008, adotou o SEP como uma Campanha Nacional de Alfabetização, especialmente nos

estados da Região Nordeste. O *Yo, sí puedo* (Sim, eu posso) foi construído pela pedagoga cubana Leonela Relyz Diaz (que atuou como alfabetizadora durante a revolução cubana) para a Venezuela, em 2003, durante a presidência de Hugo Chaves, e levou a Venezuela a ser declarada como "território livre do analfabetismo" pela UNESCO, que, em 2006, lhe concedeu o Prêmio Alfabetização Rey Sejong. Leonela Inés Relys Díaz faleceu em 2015; era doutora em ciências da educação, professora da Universidade de Havana e assessora acadêmica do Instituto Pedagógico Latino Americano y Caribeño (IPLAC).

O Brasil foi o primeiro país em que o SEP foi adaptado para outro idioma. A sua entrada parece ter sido favorecida pelo protocolo internacional de cooperação com Cuba, realizado pelo Governo Federal, em 2005.

O material é composto por um kit de DVDs e uma cartilha, em que 65 aulas para serem desenvolvidas em cinco dias da semana, com uma hora e trinta minutos cada, em um período de três meses. A metodologia organiza-se a partir da relação entre números e letras, sendo que para cada letra há um número correspondente. Em entrevista concedida a MAZILÃO-FILHO e MACEDO (2011), em Havana, Diaz afirma que:

> Estamos conscientes que o "Sim, eu posso" proporciona os códigos linguísticos necessários para aprender a ler e escrever. Em nenhum momento, pensamos que o programa é para fazer um exame de ingresso em uma universidade. É para dar os primeiros passos, é para enlaçar uma letra com outras e formar palavras, para unir palavras e formar ideias, é como o jardim de infância, o pré-escolar, onde se desenvolvem habilidades, destrezas, hábitos e conhecimentos que permitem a começar e seguir.

As 65 aulas são divididas em três etapas:

- treinamento, em que são realizados exercícios psicomotores e familiarização com o material didático, como segurar o lápis, etc.;
- ensino da leitura e da escrita, focado no código escrito;
- a partir da 46ª aula, introdução às operações fundamentais da matemática;
- consolidação das letras, redação de parágrafos e a avaliação final, realizada a partir da escrita de uma carta na última página da cartilha.

A base do SEP é a memorização de letras retiradas de palavras previamente apresentadas em uma espécie de "novela de alfabetização". O educador é entendido como um facilitador desse processo, que já vem pronto para ele apenas aplicá-lo. A ideia é que depois dos 3 meses de SEP o educando continue seus estudos por mais cinco meses, orientado pelo educador, com material de apoio produzido pelo MST. Após esses oito meses, o educando é

estimulado a dar continuidade aos estudos no sistema regular oferecido pelo Estado, na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Paulo Freire e *Sim Eu Posso*?

A decisão de adotar o *Sim Eu Posso*, mesmo como apenas uma campanha nacional de alfabetização, provocou uma série de discussões dentro do próprio Movimento e fora dele, especialmente de alguns parceiros da trajetória da educação do MST. Isso porque se trata de uma metodologia bastante engessada em passos a serem seguidos por um monitor e que reduz a alfabetização ao seu nível de decodificação. De certa forma, ao assumir o SEP, o Movimento estaria negando a pedagogia freireana, abrindo parênteses na sua caminhada toda baseada em Paulo Freire. Porém, o que se pode perceber é que, dado o histórico do Movimento sempre fundamentado em Paulo Freire, o SEP ganha outros contornos quando assumido pelo MST, apesar dos cerceamentos que o material pré-definido e a formação na perspectiva do facilitador impõem.

O Setor Nacional da Educação do Movimento sempre enfatiza que o SEP é apenas uma Campanha, uma forma de mobilizar a base social para a alfabetização de jovens e adultos, um momento simbólico para alavancar o processo inicial de alfabetização, que não se esgota nesse momento. Além disso, o MST, enquanto sujeito pedagógico, imprime outras dimensões ao processo de alfabetização.

O que se pode perceber é que, mesmo que o SEP se apresente como uma metodologia de alfabetização que a restringe como o domínio mecânico do código, um processo de transferência desse código em situações criadas artificialmente para isso e que demandariam apenas um executor do pacote pré-estabelecido, esse pacote cai nas mãos de educadores formados no movimento e com profundo enraizamento na pedagogia libertária de Paulo Freire. Trata-se, antes de tudo, de um educador progressista, que, nas palavras do próprio Freire (1985), "é aquele que trabalha numa sociedade burguesa de classe como a nossa, por exemplo, e tem o sonho que o transcende, que vai mais além de fazer a escola melhor, mas que é preciso fazer, porque ele sonha é mesmo com a transformação radical da sociedade burguesa, numa sociedade socialista." Um educador que supera suas condições concretas de formação sua precária, assim como da precariedade das condições nas quais seu trabalho acontece. Os educadores do MST aprenderam bem essa lição de FREIRE (2001, p. 16):

> Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente

> da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe ser sujeito de sua própria história.

De acordo com Miguel Arroyo:

> Nessa prática-movimento de educação, ou nessa prática ético-política-educativa, foi sendo elaborada essa concepção de educação, baseada em leituras da educação apreendidas de Paulo Freire pelo coletivo de educadores e em leituras dos processos que acontecem nas vivências da opressão e da libertação dos oprimidos. (ARROYO, 2012, p. 25)

As educadoras e os educadores lutam cotidianamente para a organização política da sociedade, participam das diferentes atividades do Movimento, estão em constante marcha revolucionária. Vivenciam cotidianamente na organização dos acampamentos e assentamentos a experiência coletiva da relação entre leitura do mundo e o engajamento para a luta por uma outra sociedade.

É marca da caminhada do Movimento na EJA que:

> no intuito de superar o problema do analfabetismo, os movimentos sociais do campo têm desenvolvido uma multiplicidade de experiências metodológicas de alfabetização de adultos. As referências teórico-metodológicas buscaram de alguma forma apoiar-se na vertente pedagógica da educação popular; mas é importante enfatizar que em cada lugar, as comunidades rurais e/ou o professor/alfabetizador, no processo de organização das turmas, desenvolveram experiências de alfabetização utilizando-se de diversos meios de proporcionar aos jovens e adultos o aceso às primeiras letras. (...) Esses gestos constituem uma luta, ou seja, quando cada comunidade leva as suas reivindicações aos poderes públicos, já mostram uma organização possível. (CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO; 2012 p. 254)

Nesses mais de 30 anos de história do MST foram muitas as parcerias e com elas as mais variadas concepções de alfabetização que foram adentrando o cotidiano dos alfabetizadores da EJA. Porém, a presença dos fundamentos da pedagogia de Paulo Freire se mantém firme.

É necessário que o intenso movimento de construções e reconstruções pedagógicas que acontecem nesse caldo de informações, concepções, contradições esteja sendo pesquisado e registrado, pois certamente contém ressignificações importantes da educação libertária. A pedagogia freireana se fundamenta na ideia de que “o mundo não é, o mundo está sendo”. Cabe, então, a nós, pesquisadores, captar o *inédito-viável* da própria pedagogia freireana que está a se construir.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BEISIEGEL. Celso de Rui. **Revista Lusófona de Educação**. nº 24. Lisboa, 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502013000200013 Acesso 15/4/2016.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CALDART; PEREIRA; ALENTEJANO; FRIGOTTO. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Amílcar Cabral**: O pedagogo da revolução. Palestra: Curso de Mestrado da Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 8 de novembro de 1985. Disponível em: http://forumeja.org.br/files/amilcar.pdf Acesso 14/04/2016.

_____. **Paulo Freire e MST** - Somente pela luta teremos a Libertação. 1997. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=qQUtkvjNhSQ Aceso em 2/2/2015.

_____. **A educação na cidade**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MAZILÃO-FILHO; MACEDO. **Práticas de alfabetização com o método Yo, sí puedo em assentamento do MST**. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 3, p. 352-362, set./dez. 2013 Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/15535/10223 Acesso 02/04/2016.

MST. **Campanha Nacional de Alfabetização** - Todos e todas Sem Terra estudando. São Paulo, 2007 Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos. Acesso 10/4//2016.

MST. **Caderno de Educação nº 8**: princípios da educação no MST. São Paulo, 1996. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos

MST. **Caderno de Educação nº 11**: Sempre é tempo de aprender. São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/cadernos

MST. **Quem Somos**. http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text Acesso 21/04/2016.